

47. Meu povo se virou como podia

Elson Vidal de Figueiredo

Olá parentes e todos que tiverem acesso a esse relato, sou Elson Vidal de Figueiredo, indígena da etnia Karipuna, Terra Indígena Juminã, Aldeia Kunanã, município de Oiapoque-AP, estudante do Curso de Direito na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É com muita preocupação que escrevo a vocês, pois é delicado o atual momento que nosso município está vivendo, com números crescentes de casos de coronavírus, com mais de 1.500 casos confirmados, 10 óbitos e os doentes não param de procurar o hospital. Sabemos que o número de infectados é muito maior do que as estimativas governamentais mostram, pois não há testes suficientes para as pessoas que apresentam sintomas de COVID-19.

É lamentável lembrar que tudo isso começou há quase três meses, quando começamos a “combater um inimigo invisível”, o novo coronavírus. Em nosso amado Brasil o vírus foi negligenciado pelo nosso governo que via tudo, lamentavelmente, como uma simples “gripezinha”, não sendo encarado com a devida responsabilidade e seriedade.

Não demorou muito para que esse vírus chegasse até o município de Oiapoque e, conseqüentemente, até as aldeias da região. Lembro-me, claramente, quando a COVID-19 chegou na minha Aldeia Kunanã, pois quando liguei pela manhã para falar com minha mãe, entre o final de maio e início de junho, ela me informou que a minha irmã estava tendo febre há quase uma semana, além de outras pessoas da comunidade. Sim pessoal, há uma antena rural na casa da minha mãe, mas que nem sempre funciona devido a distância e ao mau tempo. Então, quando liguei novamente, no outro dia, a minha mãe estava com febre, dor de cabeça, dor de garganta, sintomas típicos da COVID-19. Não demorou para que todos os integrantes da minha família, incluindo crianças e idosos, começassem a apresentar os mesmos sintomas.

Claro que fiquei preocupado e angustiado, principalmente quando liguei e minha mãe não pode atender pois estava chorando, não estava aguentando a dor de cabeça forte, febre e ânsia de vômito, por esse motivo não conseguia falar. Depois disso quase todos da minha comunidade, ao mesmo tempo, apresentaram os sintomas do coronavírus.

Todos ficaram assustados e apreensivos, principalmente por estarem longe da cidade, já que a Aldeia Kunanã fica há mais de duas horas do município de Oiapoque, sendo o transporte via fluvial, feito em voadeiras, e que depende da maré para que seja possível o deslocamento. Durante esse período em que várias pessoas adoeceram ao mesmo tempo não havia no Posto de Saúde nenhum profissional da saúde, não tínhamos remédios e nenhuma informação sobre como esse vírus age no corpo e quais cuidados deveríamos ter.

A minha mãe, a minha irmã e a minha tia foram as primeiras pessoas que tiveram os exames confirmados para a COVID-19 na minha aldeia. Nunca tínhamos visto nada parecido com isso, e aquilo que parecia tão distante se tornou real. Sem os devidos cuidados, medicações e orientações, meu povo se virou como podia: faziam chá de plantas medicinais, bebiam caldo quente, repousavam e apegavam-se cada um às suas crenças, no intuito de ficarem curados desse enfermidade.

No entanto, isso tudo não impediu que algumas pessoas tivessem o seu estado de saúde agravado pela COVID-19, como por exemplo, meu tio, Manoel Ubiratã, senhor de idade que, muito fraco, não conseguia levantar da rede e não tinha força nem para se alimentar e andar. Ele teve que ser removido, foi carregado dentro de uma rede até a lancha que o levaria ao município de Oiapoque, direto para o hospital.

O estado de saúde do meu tio foi se agravando ainda mais, a ponto de ser entubado, conseguia respirar apenas com ajuda de um respirador. Como no hospital de Oiapoque não tem estrutura e ele necessitava de uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) tentamos sua remoção até Macapá, mas tivemos inúmeras solicitações de um avião negadas pelos governantes. São 600 km entre Oiapoque e Macapá, com estrada de chão, um doente grave que sai de ambulância, por terra, pode morrer na viagem. Nós não desistimos e conseguimos o traslado em um avião até a UTI de Macapá, no hospital recém inaugurado da UNIFAP.

O meu tio chegou quase a falecer nesse deslocamento do hospital de Oiapoque para Macapá, mas como ele é um Karipuna muito forte, ele está reagindo aos medicamentos e, a cada dia, vem melhorando, pouco a pouco. Além do meu tio, a dona Maria, minha tia, também precisou ser removida para Macapá, para um atendimento especializado de COVID-19.

Minha experiência é que somos muito vulneráveis à infecção pela COVID-19, principalmente por sermos povos que vivem em coletividade, não sabemos viver isolados uns dos outros. Nossas casas não são separadas por muros e cercas, gostamos de andar

livremente pela aldeia, de nos reunirmos no casarão, nos mutirões que são feitos tanto na limpeza da comunidade como nas plantações das nossas roças. É necessário um olhar mais cuidadoso para com os povos tradicionais, levando em consideração a sua cultura, seu modo de viver e tradição.

Quero externar minha insatisfação com as agências bancárias em relação aos atendimentos voltados para os indígenas nesse cenário de pandemia. Levando em consideração que grande parte das comunidades indígenas não possuem cobertura das linhas telefônicas, não possuem sinal de telefone, internet e a energia elétrica não é disponibilizada 24 horas nas aldeias, dificulta o atendimento dos povos indígenas o fato de que os bancos estão fazendo o agendamento do atendimento por meio de ligação telefônica ou via whatsapp. São longas as distâncias até a sede do município, sendo o transporte realizado por via terrestre e fluvial, levando de 2 a 24 horas, dependendo da aldeia. Diante disso, é lamentável a postura das agências, que não levam em consideração as especificidades e particularidades dos povos indígenas, que saem da sua aldeia com muita dificuldade na tentativa de terem seus problemas resolvidos nas agências, principalmente na Caixa Econômica, no que diz respeito ao saque do auxílio emergencial, cartão, manutenção de contas, entre outras questões.

Também gostaria de destacar que o Decreto Municipal feito para os atendimentos nas agências bancárias do Oiapoque não levou em conta a realidade das populações indígenas, e nem considerou a Constituição Federal de 1988, que reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e seu modo de viver.

Infelizmente, nós, povos indígenas, somos lembrados somente no período eleitoral, mas não podemos aceitar esses descasos. Agradeço a todos os parceiros que doaram para as comunidades indígenas cestas básicas, álcool em gel e combustível, e também a Igreja VIVA de Vila Valqueira/RJ que doou medicamentos para as aldeias Kunanã e Uahá para o enfrentamento do novo coronavírus.

Oiapoque, Amapá, Brasil

28 de junho de 2020